

Resenha do livro “O Caminho da Servidão”,
de Friedrich Hayek

adaptado por Lys Lenhart do original de Thobias Zamboni, ambos associados do IEE

O economista austríaco Friedrich Hayek publicou uma das suas principais obras, *O Caminho da Servidão* (Road to Serfdom), em 1944, momento complexo sob o prisma da política global. Os países ainda estavam se recuperando do final da Segunda Guerra Mundial, e as políticas socialistas tinham grande apoio na Europa. Com coragem nesse momento difícil, Hayek ressaltou que o conteúdo do livro era de cunho político, e não um ensaio de filosofia social. A obra foi um alerta contra os movimentos políticos (da esquerda e direita) que então se expandiam na Europa continental, ameaçando crescentemente a liberdade e os direitos individuais. As ideias socialistas que estavam em voga no momento dificilmente seriam deixadas para trás. O que o autor temia era que a própria Inglaterra se tornasse socialista, visto o grande apoio de intelectuais e pensadores a essa tese.

O livro surgiu de um pequeno *paper* que Hayek publicara em 1938 sob o título de *A liberdade e o sistema econômico* (Freedom and Economic System), posteriormente ampliado como um dos *Panfletos de política governamental*. A obra foi dedicada a todos os socialistas, visto que teve origem nas discussões com os colegas do autor que se inclinavam à esquerda. Hayek desejou mostrar que a intenção de substituir a ordem espontânea e complexa de mercado por uma ordem criada por um sistema de planejamento central resultaria inevitavelmente na miséria e na servidão.

No prefácio, Hayek iniciou suas considerações destacando a importância de observar as experiências vividas por outros países para demonstrar as aplicações de certas ideias que levaram as nações a prosperar ou a empobrecer. Apesar de a História nunca se repetir, o aprendizado com o passado seria fundamental para evitar a reiteração de muitos dos erros cometidos. Portanto, bastaria observar o que aconteceu nas economias socialistas para saber os resultados práticos dessas ideias caso elas fossem aplicadas em outras nações. Como bem disse o autor, “Se, a longo prazo, somos os criadores do nosso destino, de imediato somos escravos das ideias que criamos”.

A própria ascensão do nazismo e do fascismo foi resultado das tendências do pensamento socialista da época. Apesar da grande evolução propiciada pelo liberalismo no passado, as ideias e vontades que haviam determinado as grandes mudanças da vida

social passaram a ser vistas como erradas. Houve a renúncia progressiva ao liberalismo e ao individualismo herdados das gerações anteriores. A liberdade, na sua essência, estava ligada ao florescimento do comércio e devia-se a um imprevisto, não sendo resultado de um planejado desenvolvimento da liberdade política. Graças à liberdade econômica, todas as classes sociais tiveram grande evolução e progresso. O uso das forças espontâneas da sociedade, sem recorrer aos poderes coercitivos do Estado, foi essencial para o desenvolvimento das nações. Com o passar do tempo, foi o sucesso do próprio liberalismo que se tornou a causa de seu declínio. O homem passou a cada vez mais não tolerar os males ainda existentes, que, em dado momento, pareciam insuportáveis e desnecessários.

Dessa forma, a atitude da sociedade mudou totalmente no transcorrer dos anos. Com as novas gerações, o interesse voltava-se para algo novo, e as ideias liberais sofreram grande queda, embora em passos imperceptíveis. Até 1870 o liberalismo havia atingido seu ápice e, de lá em diante, começou a retroceder. A Inglaterra perdeu a liderança intelectual, e a Alemanha assumiu o papel preponderante no centro das novas ideias. Foi na Alemanha que o socialismo se aperfeiçoou e alcançou desenvolvimento completo. A palavra ocidental passou a significar o mundo a oeste do Reno, e era entendida como sinônimo de liberalismo e democracia, capitalismo e individualismo, livre-comércio e toda forma de internacionalização ou amor à paz. Porém, com o decorrer do tempo, o Ocidente passou a importar as ideias alemãs, considerando o livre-comércio uma doutrina inventada para defender os interesses ingleses, os quais já estavam ultrapassados.

Para os socialistas alemães, a liberdade de pensamento era a origem de todos os males da sociedade do século XIX. Foi o pensador político Alexis de Tocqueville quem primeiro citou a contradição entre a essência do individualismo das sociedades ocidentais e o socialismo. Enquanto em um sistema democrático se procurava a igualdade na liberdade, no socialismo procurava-se a igualdade na repressão e servidão. Na época a maior marca da propaganda socialista foi usar a bandeira de mais liberdade. Por essência, o socialismo traria uma liberdade autêntica e sincera, passando a ser visto como o herdeiro aparente da tradição liberal. Entretanto, em contrassenso, o socialismo mostrou o caminho não para a liberdade, mas para a ditadura. Não havia meios de alcançar o socialismo sob a bandeira da democracia. Para os totalitaristas, o verdadeiro inimigo a ser enfrentado era o liberal da velha escola. Quando Hitler subiu ao poder, o socialismo havia aniquilado o liberalismo. Na própria Inglaterra, berço do liberalismo, já havia a ideia de que socialismo e liberdade poderiam ser conciliados.

Os socialistas acreditavam que era possível conciliar liberdade e organização. O socialismo buscava abolir a iniciativa privada e a propriedade privada dos meios de produção, criando um sistema de economia planejado no qual o lucro do capitalista seria substituído pelo planejamento central. A planificação econômica só seria alcançada com o planejamento centralizado. O coletivismo era considerado também uma forma de socialismo. Grandes divergências entre socialistas e liberais davam-se em relação aos métodos para alcançar os objetivos, e não aos fins específicos. Para os socialistas conseguirem executar seus planos, precisavam manter-se no poder e obrigavam-se a se tornar opressores e tirânicos.

Os socialistas viam o conceito de planejamento como essencial para poder planejar toda a atividade econômica de acordo com um plano único, a fim de alcançar finalidades determinadas. Já o planejamento no liberalismo seguia um conceito diametralmente antagônico, uma vez que buscava dar condições aos indivíduos para que elaborassem seus próprios planos. No sistema liberal, a concorrência era vista como o meio de coordenar os esforços humanos. O bom uso da concorrência substituíria a intervenção coercitiva na vida econômica e auxiliava o seu funcionamento. A tentativa de controlar os preços ou quantidade de mercadorias impedia que a concorrência promovesse uma coordenação de esforços individuais, transmitindo informações nada confiáveis para os indivíduos e distorcendo a base para suas orientações e ações. Hayek ressaltou que, até aquele momento, todas as instituições legais que poderiam fazer o sistema competitivo funcionar de maneira eficiente tinham sido negligenciadas, e até então não havia estudos sobre sua importância. Ou seja, era fundamental criar condições para que a concorrência fosse tão eficiente quanto possível, com uma estrutura legal adequada, elaborada com inteligência e sempre em evolução. O que unia os socialistas de direita e esquerda era a hostilidade quanto ao sistema de concorrência, já que visavam substituí-la por um sistema de economia dirigida.

A ideia da inevitabilidade da planificação surgiu com a noção de que as transformações tecnológicas acarretavam substituição da concorrência pelo planejamento. Hayek reconheceu que existia um crescimento progressivo dos monopólios nos últimos anos, e havia, sim, uma restrição cada vez maior à concorrência. O resultado dos monopólios, oriundos da intervenção governamental, era a criação de conluíus e destruição da concorrência estabelecida anteriormente. O monopólio era favorecido pelo protecionismo e também por estímulos diretos, objetivando o controle de preços e vendas. Afirmar que os monopólios surgiram devido à evolução tecnológica e à complexidade da civilização era distorcer os fatos que mostravam o quanto era malévola a intervenção

governamental.

O sistema de preços desempenhava papel fundamental no regime de concorrência. A descentralização era o sistema que mais atendia à coordenação econômica, em comparação com o dirigismo central, que era primitivo e de alcance limitado. A divisão de trabalho moderno deu-se sem a necessidade do planejamento central. Uma das características principais do Estado dirigido centralmente era o ressentimento de especialistas frustrados, que poderiam, via planejamento central, impor suas ideias.

Os gêneros de coletivismo, como comunismo e fascismo, pretendiam organizar a sociedade sob uma finalidade única, negando assim a soberania dos indivíduos. Os totalitários eram inseparáveis dos coletivistas. Nos regimes totalitários, a submissão das vontades individuais a uma perspectiva social única era imperativa. O individualismo surgiu daí, não arrogando que o homem era necessariamente egoísta, mas, sim, que os limites da imaginação das pessoas as impediam de colocar em uma escala de valores as suas vontades. O indivíduo e seus valores deveriam ser soberanos, e a sua escala de valores deveria guiar sua conduta. Ajustar todos à mesma escala de valores não satisfaria ninguém.

A grande vantagem do liberalismo era a redução da gama de questões que dependem de consenso. No momento em que a democracia fosse dominada pelo coletivismo, ela destruiria a si mesma. A democracia era um instrumento para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. O mais importante em uma democracia era a limitação de poder dos governantes, ou seja, a atuação do Estado era limitada por normas pré-definidas, não havendo assim espaço para decisões arbitrárias. Para Hayek, era necessário reduzir tanto quanto possível o arbítrio concedido aos órgãos executivos, que poderiam exercer o poder de coerção. O indivíduo deveria ser livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, sem a intervenção do governo. O Estado deveria restringir-se a estabelecer normas gerais, deixando os indivíduos livres, pois somente eles saberiam as circunstâncias relativas das suas ações. O Estado de Direito existia para salvaguardar a igualdade dos indivíduos perante a lei. O filósofo Immanuel Kant já afirmava: “O homem é livre quando não tem de obedecer a ninguém, exceto às leis”. Assim, o Estado de Direito limitava-se pelo campo legislativo, restringindo sua ação às normas conhecidas como direito formal: o Estado só poderia agir em casos pré-definidos.

As questões econômicas não podiam ser vistas como de importância secundária na vida dos cidadãos. Se havia a busca por dinheiro, era porque ele daria opções de escolha mais amplas para aproveitar os resultados dos esforços individuais. Para o autor,

a liberdade econômica possibilitaria que os indivíduos decidissem o que era mais importante. De outro lado, no planejamento central, quem iria resolver todos os problemas dessa ordem era o dirigismo central, em detrimento da comunidade e do indivíduo. No planejamento central, o cidadão teria de se adaptar aos padrões do Estado. Os indivíduos passariam a ser os meios usados pelos planejadores centrais para alcançar o bem-estar social e o bem da comunidade. Os socialistas almejavam a satisfação coletiva, preparando assim o caminho para o totalitarismo e privando as pessoas da liberdade de escolha.

Em um regime de concorrência, as oportunidades para progredir eram mais limitadas para os pobres do que para os ricos. Porém, nesse ambiente, o pobre teria uma liberdade maior para prosperar, podendo assim sair do seu *status quo*. Enquanto a propriedade estivesse dividida entre muitas pessoas, nenhuma delas poderia ter direito coercitivo sobre outra. O sistema de propriedade privada era a mais importante garantia da liberdade; ninguém iria dispor de poder absoluto sobre os demais.

A falta de previsão dos fenômenos econômicos tornava difícil o seu planejamento. Em razão disso, o planejador era incitado a ampliar seus controles até atingirem todos os aspectos da sociedade. Foi o próprio Lenin quem introduziu a expressão “Quem, a quem?”, com a qual sintetizava o problema universal da sociedade socialista. Quem planejava a vida de quem? Quem dirigia a vida de quem? Em uma sociedade plenamente planejada, a separação artificial da economia e da política exigia que a política dominasse a economia. A igualdade pregada no socialismo nunca funcionou. A distribuição de renda era na realidade mais injusta do que nas sociedades capitalistas. O objetivo dos planejadores não era recompensar os méritos e o esforço individual, mas sim propiciar uma justa remuneração a todos. O preço desse planejamento, contudo, era a liberdade.

Os regimes totalitários deviam-se à causalidade histórica de terem sido estabelecidos por canalhas e bandidos. Por essa razão, os homens inescrupulosos tinham mais chances de chegar ao poder em uma sociedade que tendesse ao totalitarismo. A luta de classes incitada pelos governantes era ingrediente fundamental para qualquer ideologia capaz de unir um grupo visando à ação comum. Foi assim no nazismo, com os anticapitalistas, nos *kulaks*, na Rússia. Agir em prol do interesse de um grupo determinado parecia libertar os homens de muitas restrições morais que regiam seus comportamentos.

A intensa emoção moral envolvida em um movimento nacional-socialista ou comunista era parecida com a verificada em grandes movimentos religiosos. Na

perspectiva coletivista, o completo desrespeito à vida e à felicidade dos indivíduos era imperativo. Qualquer princípio moral que se conhecia poderia ser violado. Na sociedade totalitária, a intimidação, a duplicidade, a espionagem eram imprescindíveis, havendo, assim, por parte do Estado, uma dominação geral sobre os cidadãos.

A propaganda dos regimes totalitários buscava um único alvo: todos os instrumentos de propaganda eram coordenados de modo a conduzir os indivíduos na mesma direção e a produzir a mesma característica. Objetivava-se manipular mentes da forma mais sagaz e oportuna. Todas as regras morais eram destruídas, acabando com o senso de verdade e o respeito a elas. Criavam-se mitos para justificar as ações dos líderes. Usavam-se velhas palavras para incorporar novos significados. Havia uma completa perversão da linguagem, com a mudança de sentido das palavras que expressavam os ideais dos novos regimes. A palavra mais deturpada era liberdade, “em nome de uma suposta nova liberdade prometida ao povo”. Toda a linguagem era esvaziada, e as palavras eram despojadas de qualquer significado preciso.

Era bastante característico do espírito do totalitarismo condenar toda atividade humana exercida por prazer, sem propósitos ulteriores. A ciência pela ciência, a arte pela arte, eram igualmente abomináveis pelos nazistas, por nossos intelectuais socialistas e pelos comunistas. Toda atividade devia ser justificada por um objetivo social consciente. Não deveria haver atividade espontânea, não dirigida, porque esta poderia levar a resultados imprevistos, não contemplados pelo plano – poderia propiciar o surgimento de algo novo que a filosofia do planejador nem sequer antecipou.

Na Alemanha foi a junção dos anticapitalistas de direita e de esquerda que destruiu tudo o que era liberal. Assim, o nazismo foi resultado direto da ausência da burguesia e do progresso do socialismo. Guerrear contra a Inglaterra era guerrear pelo sistema oposto. A ideia mercantil e de liberdade era expressão dos ingleses, enquanto a do socialismo totalitarismo era o planejamento central. A organização era a palavra-chave para os socialistas. A guerra econômica mundial era a guerra contra a vida burguesa da Inglaterra.

Na conclusão da sua obra, Hayek enfatizou a necessidade de destruir os empecilhos impostos pelos governos que obstruíram o nosso caminho a fim de deixar os indivíduos livres para criar condições favoráveis ao progresso, ao invés de deixar os governantes planejarem o progresso. Se, em determinados períodos da História, algumas sociedades fracassaram na tentativa de criar um mundo de homens livres, é preciso tentar novamente. A política de liberdade para o indivíduo é a única capaz de fato de produzir progresso permanente.

Biografia

Friedrich August von Hayek nasceu em Viena, na Áustria, no dia 8 de maio de 1899, em uma família de cientistas e professores acadêmicos. Apesar do seu interesse pela psicologia, Hayek optou por estudar economia. Seu doutorado em direito e em economia foi cursado na Universidade de Viena, em 1920, onde foi aluno de Ludwig von Mises, um dos expoentes mais conhecidos da Escola Austríaca de Economia. Em 1931, Hayek tornou-se professor de economia da Faculdade de Economia de Londres. Nos anos seguintes, publicou uma série de livros sobre a teoria do capital, teoria monetária e sistemas econômicos comparativos. Sua polêmica poderosa contra o socialismo, *O Caminho da Servidão* (Road to Serfdom), foi publicada em 1944 e tornou-o famoso e notório. Em 1947, ele convidou um grupo de economistas de renome, filósofos e historiadores para uma reunião no Mont Pelerin, na Suíça, onde eles concordaram em formar a Mont Pelerin Society, da qual Hayek era o presidente. Os membros fundadores incluíam seu professor von Mises, seu amigo e colega na LSE, o filósofo Karl Popper, e alguns economistas famosos do que veio a ser conhecido como a Escola de Chicago, incluindo Frank H. Knight, e os Prêmios Nobel Milton Friedman e George Stigler. Hayek mudou-se para a Universidade de Chicago em 1950, onde foi professor de História do Pensamento. Retornou à Europa em 1961 para ser professor de economia na Universidade de Freiburg e Salzburg até se aposentar, em 1973. Hayek foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia em 1974, por seus estudos em relação à economia (interdependência entre fenômenos econômicos, sociais e institucionais e teoria da moeda). Ele morreu em Freiburg no dia 23 de março de 1992. É amplamente reconhecido como um dos expoentes da Escola Austríaca de Economia e um dos mais importantes pensadores liberais do século XX. Suas principais obras são *A teoria monetária e o ciclo do comércio* (1929), *Preços e produção* (1931), *Planejamento econômico coletivista* (1935), *Nacionalismo monetário e instabilidade internacional* (1937), *A teoria pura do capital* (1941), *Cientismo e o estudo da sociedade* (1942-1944), *Individualismo e ordem econômica* (1948), *The sensory order* (1952), *Capitalismo e os historiadores* (1954), *Os fundamentos da liberdade* (1960), *Desestatização do dinheiro* (1976), *Direito, legislação e liberdade* (vol. I ,1974; vol. II ,1976; vol. III ,1979), *Studies in philosophy, politics and economics* (1980), *Desemprego e política monetária* (1981) e *A arrogância fatal: os erros do socialismo* (1989).